

**OS GOVERNOS DO PT E OS DESCAMINHOS COM A QUESTÃO
AGRÁRIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DIÁLOGO
POLÊMICO, NECESSÁRIO E IMPRESCINDÍVEL À CLASSE
TRABALHADORA**

**THE GOVERNMENTS OF PT AND EMBEZZLEMENT WITH
AGRARIAN QUESTION IN BRAZIL: CONTRIBUTIONS TO A
CONTROVERSIAL DIALOG, NECESSARY AND ESSENTIAL TO
WORKING CLASS**

**LOS GOBIERNOS DEL PT Y LOS DESCAMINOS JUNTO A LA
CUESTIÓN AGRARIA EN BRASIL: CONTRIBUCIONES A UN
DIÁLOGO POLÉMICO, NECESARIO E IMPRESCINDIBLE A LA
CLASE OBRERA.**

Claudemir Martins Cosme¹
claudemirmartins@yahoo.com.br

RESUMO: Frente ao movimento ultraconservador que se abate sobre a sociedade brasileira neste momento a necessidade da unificação das classes sociais exploradas, do campo e da cidade, torna-se uma necessidade urgente. Mas, em quais bases seriam realizadas essa construção? Quais as contradições/tensões que fragmentam e fragilizam essa unidade? As divergentes avaliações sobre os governos petistas têm sido, ao nosso olhar, um dos grandes impedimentos para a concretização dessa unificação. Nesse ensaio, propomo-nos a refletir acerca dos anos de governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores à frente da República, fazendo um recorte de análise, ao nos debruçarmos, especificamente sobre como esses governos trataram a questão agrária. Um diálogo polêmico, porém necessário e imprescindível para aqueles que buscam contribuir na construção da unidade das lutas, resistências e emancipação da classe trabalhadora.

PALAVRAS CHAVE: Questão agrária. Reforma agrária. Governos petistas. Agronegócio. Campesinato.

ABSTRACT: Front of high reactionary movement on Brazilian society at the moment we need social classes unification explored, located in the outback and city, it becomes an urgent need. But, in which bases that construction would be performed? What are the contradictions/tensions that fragment and brittle this unit? The divergent evaluations about governments that make part of (PT) political organization have been, by our glance, one of major impediments to the unification achievement. In this paper, we propose reflect about years of governments, headed by PT (Political organization) ahead the Republic, arrange analysis, as we look, specifically, how these governments

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL/Campus Piranhas), onde coordena o Programa de Extensão Minha Comunidade, intitulado: “Agroindústria e produção agroecológica com as mulheres e jovens do Assentamento Patativa do Assaré – Olho D’Água do Casado – Sertão do São Francisco – AL”, em parceria com o MST. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, integrando o Laboratório de pesquisas e estudos sobre espaço agrário e campesinato (LEPEC) e o Núcleo de educação, pesquisa e práticas em agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni).

have treated the agricultural issue. A controversial dialog, however necessary and essential for those who seeking contribute to building unity struggles fight, stands and working class emancipation.

KEYWORDS: Agrarian reform; Peasant; Agricultural questions; Political organization (PT); Agro business.

RESUMEN: Frente al movimiento ultraconservador que se carga bajo la sociedad brasileña, en este momento, la necesidad de unificación de las clases sociales exploradas del campo y de la ciudad se vuelve una necesidad urgente. ¿Sin embargo, en cuáles bases serían realizadas esa construcción? ¿Cuáles las contradicciones/tensiones que fragmentan y fragilizan esa unidad? Los divergentes análisis sobre los gobiernos petistas son, bajo nuestra mirada, uno de los grandes obstáculos para la concretización de esa unificación. En este ensayo, proponemos reflexionar en cuanto a los dos años de gobiernos conducido por el Partido de los Trabajadores frente a la República, realizando un espacio de análisis, al observar, específicamente, sobre como esos gobiernos trataron la cuestión agraria. Un diálogo polémico, pero necesario e imprescindible para aquellos que buscan contribuir para la construcción de la unidad de las luchas, resistencias y emancipación de la clase obrera.

PALABRAS CLAVE: Cuestión agraria. Reforma agraria. Gobiernos petistas. Agronegocio. Campesinado.

INTRODUÇÃO

Não podemos ficar omissos diante da afronta aos 54,5 milhões de brasileiros que reelegeram nas urnas, democraticamente, a presidente em 2014. Não aceitamos esse golpe à democracia nem os nefastos objetivos que estão por trás da trama, que é prejudicar a vida de milhões de trabalhadores brasileiros em benefício de uma minoria gananciosa (CUT, 2016).²

Por conta de sua política de conciliação de classe, em nenhum momento desta arrastada crise o PT tomou a única atitude que poderia salvar o mandato de Dilma, ou seja, a realização de uma profunda autocrítica pública e uma verdadeira guinada à esquerda, que mobilizasse os trabalhadores em sua defesa. Muito menos o fará agora nesse período de até 180 dias de afastamento da Presidente (PCB, 2016).³

O MST permanecerá mobilizado em defesa da democracia e dos direitos sociais, ao lado da Frente Brasil Popular e dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que não aceitarão o golpe. Seguiremos sempre em luta, contra o latifúndio e o agronegócio, pela reforma agrária popular e pelo direito constitucional de todos os trabalhadores rurais terem terra e vida digna no campo (MST, 2016).⁴

Essa mobilização não vai ser alcançada defendendo junto com o “fora Temer” o “volta Dilma”, como CUT, MST, UNE e outras organizações da Frente Brasil Popular estão fazendo. Setores da Frente do Povo Sem Medo, ligados ao MTST e ao

²Central Única dos Trabalhadores. **A classe trabalhadora não reconhece decisão e governos golpistas.** Disponível em:< <http://www.cutbrasil.org.br/site/a-classe-trabalhadora-nao-reconhece-decisao-e-governo-golpistas/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

³Partido Comunista Brasileiro. **Organizar a luta contra o ilegítimo governo Temer e os ataques do capital.** Disponível em:< <http://pcb.org.br/portal2/11050>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

⁴Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nota do MST sobre afastamento da presidenta Dilma Rousseff.** Disponível em:< <http://www.mst.org.br/2016/05/12/nota-do-mst-sobre-afastamento-da-presidenta-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

PSOL, também insistem na tese de mobilizar pelo “fora Temer” e contra um suposto golpe da direita (PSTU, 2016).⁵

A máxima "Trabalhadores do mundo, uni-vos", constante nos escritos do Manifesto Comunista de Marx e Engels (2010), mais do que nunca se apresenta bastante atual, face à escalada de setores ultraconservadores representantes dos interesses de frações do capital, que neste momento, agem tanto nos países do capitalismo central, como na periferia do sistema, aprofundando a exploração e a opressão da classe trabalhadora.

No Brasil, na medida em que a crise internacional se intensificava, as distintas frações das classes opressoras e exploradoras, que até o momento haviam se beneficiado dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciaram uma disputa para decidir quem iria perder menos em meio à crise (ANTUNES, 2015). Um conluio de setores extremamente conservadores, representados por parte do alto escalão do Judiciário, da mídia hegemônica, dos partidos e políticos que dominam o Congresso Nacional, muitos destes, infiltrados no próprio governo encabeçado pelo PT, protagonizaram ações que reafirmaram o patrimonialismo, o clientelismo e o privilégio, heranças históricas da formação territorial brasileira, como marcas ainda centrais do Estado no Brasil (MARTINS, 1999).

Ranços históricos incrustados em amplos espaços da sociedade, que ficaram mais visíveis em uma série de ações orquestradas e sincronizadas ao longo dos últimos meses, pela chamada operação Lava Jato. Investigações, grampos telefônicos, trâmites judiciais e vazamentos de informações, todos amplamente seletivos, em atendimento a demandas precisas da burguesia latifundista, sob o aval do Supremo Tribunal Federal (STF). Ações que alimentaram e, ao mesmo tempo, foram potencializadas pela visibilidade em amplas coberturas jornalísticas, mais precisamente, espetáculos midiáticos cirúrgicos e serviços aos interesses do movimento ultraconservador. Concomitante e conjuntamente às ações judiciais e midiáticas, ocorreram os planos, acordos e decisões, tomadas por uma Câmara de Deputados e por um Senado Federal, em sua maioria dominados por setores retrógrados da sociedade, a exemplo dos representantes dos latifundiários reunidos na bancada ruralista.

⁵Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. **CUT e MST vão fazer o quê? Defender o “volta Dilma” ou “eleições gerais”?** Disponível em:< <http://www.pstu.org.br/node/22068>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Frente a este contexto, é difícil não perceber a urgência que os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade têm de unificar suas lutas e resistências, em busca da ruptura e transformação do atual estado de coisas vigentes. Nessa esteira, o cenário exige uma luta diária, tanto contra um governo interino mais retrógrado que aquele da Presidenta Dilma Rousseff, que só precisou de uma semana para demonstrar sua vontade em retroceder drasticamente, com a extinção, por exemplo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Não obstante, é necessário reconhecer, e esse é o pressuposto que norteia o presente ensaio, que para esta unidade se concretizar, entre muitas contradições e tensões centrais, um ponto tem sido fundamental e precisa ser posto ao debate: as divergentes avaliações sobre os governos petistas, exemplificado em epígrafe, e que têm também dividido importantes intelectuais orgânicos ligados e que fazem parte dos movimentos e organizações sociais.

Estruturalmente o que marcou os governos do PT? Teriam estes, rompido com ou em parte, o ideário neoliberal, portanto, podendo ser compreendidos como governos pós-neoliberais? Ou seriam governos que deram, ao seu modo, continuidade ao avanço das políticas de cunho neoliberal, amplamente implementadas nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)?

Portanto, nesse exercício ensaísta propõe-se refletir acerca dos governos encabeçados pelo PT, fazendo um recorte de análise, ao nos debruçarmos, especificamente, sobre a relação destes governos com a questão agrária. Houve reforma agrária nesse período? Qual a opção tomada para o campo brasileiro? Como o campesinato foi tratado? Qual a relação desenvolvida com os movimentos sociais do campo?

O envolvimento com o desenrolar da questão agrária nos anos Lula/Dilma, através da experiência na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ao campesinato assentado cearense (2003 a 2012); as pesquisas desde a graduação, passando pelo mestrado e, atualmente, no doutorado; as atividades de pesquisa e extensão junto às famílias assentadas do sertão alagoano, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na condição de docente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) neste momento, proporcionaram um acúmulo de conhecimento, mediante os diversos diálogos travados com os diferenciados sujeitos ligados ao espaço agrário nordestino, especialmente, acerca dos assentamentos rurais, que nos permitem estabelecer a reflexão

contida aqui⁶, que julgo polêmica, mas necessária e imprescindível à unificação da classe trabalhadora⁷.

Buscamos de um lado, o desvencilhamento da discussão polarizada, se no Brasil vivenciamos um golpe ou não contra o atual governo Dilma, bem como, da disputa entre o PT *versus* Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que teve e tem o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como fiel da balança. De outro, partimos do entendimento de que pouco a pouco o PT se rendeu aos limites do jogo da democracia burguesa e do Estado, ao rebaixar seu projeto político, como forma de se inserir na disputa eleitoral em uma perspectiva de ganhar as eleições de 2002, a qualquer preço. Sujeição que se aprofundou após a vitória eleitoral, com os caminhos trilhados através de um pacto conciliador em detrimento de se acirrar as lutas de classes, distanciando cada dia mais o partido das suas promessas, bandeiras históricas e de uma possível contribuição efetiva para emancipação social das classes sociais exploradas e oprimidas.

Buscamos desse modo, enaltecer posicionamentos e referenciais que comparecem e os que não se fazem presentes, em torno da discussão da questão agrária nos governos petistas, e nessa perspectiva, objetivamos dar visibilidade aos diferentes e antagônicos posicionamentos acerca destes governos. Um diálogo polêmico, entretanto necessário e imprescindível para aqueles que buscam contribuir com a construção da unidade das lutas, resistências e emancipação da classe trabalhadora.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA TRANSIÇÃO FHC – LULA: MEDO, ESPERANÇA OU ILUSÃO?

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha, não a latifundiários, grileiros e aproveitadores, que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem [...] Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores (Partido dos Trabalhadores, 1982).⁸

⁶Nessa trajetória, acadêmica e profissional, sublinho que as reflexões contidas no presente ensaio tem amparo, principalmente, na dissertação de mestrado que apresentei no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em 2015, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

⁷Caminho em concordância e busco reforçar a discussão empreendida por Thomaz Jr. (2015), quando aborda em seu artigo os temas da questão agrária, das lutas de classe e do trabalho no Brasil, a partir de um viés que denominou de polêmico, mas imprescindível e necessário para se avançar nas lutas da classe trabalhadora. Como bem diz este autor, “o que não podemos ignorar, em acréscimo, são as disputas internas à classe trabalhadora. O processo de fragmentação dos trabalhadores, caracterizado por dissensões políticas, ideológicas e de cariz pessoal [...]” (Ibidem, p. 09).

⁸ Plataforma eleitoral nacional: Trabalho, terra e liberdade do PT no início dos anos de 1980. Disponível em: < <http://www.fpabramo.org.br/uploads/plataformaeleitoral.pdf> >. Acesso em: 03 jun. 2014.

O plano [II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)] já está feito e a informação que tenho é que o presidente Lula vai colocar o problema em discussão assim que chegar da África. Isso quer dizer que essas semanas agora serão semanas-chave e que é a hora de concentrarmos forças para dar esse passo, sem o qual não se completa a construção da nação (SAMPAlO, 2004, p. 333).

Em um contexto de muitas composições e concessões na campanha presidencial, em 2002, para que fosse garantida a vitória e a dita “governabilidade”, é que o PT assume a Presidência da República com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, após os oito anos dos governos neoliberais de FHC. Governos que chegavam ao fim sem a formulação e, muito menos implementação, de uma política de reforma agrária. Ao contrário, a opção havia sido uma forte ação de criminalização, truculência e violência contra os movimentos sociais do campo, principalmente, em seu segundo mandato.

Contudo, a esperança entre ampla maioria dos movimentos/organizações sociais, intelectuais orgânicos e militantes históricos em prol da reforma agrária era que, finalmente, a tão almejada reforma seria concretizada no Brasil dos governos petistas. Os escritos de Sampaio (2004), um dos mais importantes e comprometidos lutadores em prol da reforma agrária, traduz esse sentimento, haja vista, a referida reforma ser ponto fundante, historicamente, das plataformas eleitorais do PT. “Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada”, defendia o partido.

Embalada por essa bandeira histórica, a transição FHC-LULA, também foi marcada pelo medo de uma fração da classe dos proprietários e detentora do grande capital, especialmente, os ligados ao setor do latifúndio, agora, transmutado de agronegócio. Em partes destes, havia o receio de que a reforma agrária efetivamente pudesse ser realizada. Por isso, a conjuntura era marcada por fortes pressões de setores antagônicos, mas que estavam na base do governo recém-eleito. De um lado, a pressão pela elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), efetuada pelos movimentos e organizações sociais do campo. De outro, a ação dos ruralistas que receavam perder a posse de suas terras e, com isso, a possibilidade de ter a garantia da sujeição histórica da renda da terra abalada e de todo o poder que emana da violenta concentração fundiária no país.

Não obstante, é mister recuarmos até o momento eleitoral em 2002, no sentido de desmistificar tanto o medo dos latifundiários, como a esperança daqueles setores ligados ao campesinato, mostrando que nem um, nem outro posicionamento procedia à luz da

realidade. Recuo que é relevante para destacar os limites e os obstáculos impostos a emancipação das classes oprimidas no âmbito e por dentro do Estado moderno, forma política eminentemente capitalista, e dos limites da democracia no capitalismo, serviçais aos interesses da burguesia (MASCARO, 2013).

Democracia burguesa que o PT se inseria de corpo e alma nas eleições daquele ano e buscava a qualquer custo a sua vitória, como de fato ocorreu à duras penas com relação as suas bandeiras históricas de luta em prol e junto dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos marcos deste tipo de democracia e do Estado a rendição do PT foi inevitável, pois:

a democracia, lastreada no direito e nas formas da sociabilidade capitalista, representa tanto um espaço de liberdade da deliberação quanto um espaço interdito às lutas contra essas mesmas formas. Por isso, a democracia representa o bloqueio da luta dos trabalhadores mediante formas que não sejam aquelas previstas nos exatos termos jurídicos e políticos dados. Exclui-se, com isso, a possibilidade da luta que extravase o controle e o talhe do mundo estatal e de suas amarras jurídicas. A ação revolucionária é interdita (Ibidem, p. 87).

Em síntese, e de forma bem direta, Lessa e Tonet (2008), asseguram que a democracia que afirma a igualdade política de todos em uma sociedade de desiguais, nada mais é do que a reprodução desta desigualdade entre as classes sociais, portanto, ela é “[...] essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista” (Ibidem, p. 89). Assim, ao ser eleito nessas condições, já de joelhos perante os interesses das frações de classes ligadas a diversos setores do capital, o PT perderia a capacidade, se é que um dia teve, de perceber que:

o Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário acha-se ao leme do Estado (MARX, 2010, p. 58).

Foi nessa democracia, para este Estado e com essa visão que o PT governou. Há muito tempo já advertiu Chauí (1984, p. 69): o Estado sempre se apresenta como a realização do interesse geral da sociedade “[...] mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade”. No caso particular do Estado brasileiro e sua relação com a sociedade, também Ianni (2004, p. 255) há anos fez uma crítica pertinente e que se mostra de aplicabilidade e potencial elucidativo bastante atual, para se refletir sobre como procedeu o PT nesses anos. Ao criticar aqueles que endeusam um Estado tutelador, ele afirma:

Em geral, pensam o povo, cidadão, camponês, operário, índio, negro, desde cima, a partir dos interesses prevaletentes no bloco de poder que se forma ou reforma. Em quase todos predomina a tese de que a sociedade civil é pouco estruturada, gelatinosa, débil, sujeita a controvérsia, indisciplina, anarquia, desordem, revolução. Por isso, julgam que o Estado deve ser forte, tutelar a sociedade e o cidadão. Fazem o Estado aparecer como demiurgo da história.

Por conseguinte, como forma de atender os pressupostos básicos para disputar, pela via da democracia burguesa este Estado, com possibilidade de efetivamente ser eleito para o Governo da República, era preciso que o PT rebaixasse ainda mais o seu projeto político. Movimento que ampliou o fosso em relação as suas bandeiras históricas e se materializou em um caminho sem volta. Entre tais bandeiras a da “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores” foi esquecida.

Como disse Arcary (2001, p. 94), “ao se transformar, a partir de 1988, em um partido que se credenciava para a gestão do Estado sem ameaçar o capitalismo, o PT selou o seu destino”. Nessa linha, Antunes (2015, n.p.) afirma: “[...] a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda ocorreu quando o transformismo (Gramsci) já havia começado a metamorfosear o PT num Partido da Ordem (Marx)”. Isso fica claro, quando, ainda em campanha política, em meados de 2002, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva lança a Carta ao Povo Brasileiro⁹. Nela se comprometia, caso eleito, manter todos os contratos econômicos, sinalizando claramente sua opção pela manutenção da política econômica em curso nos governos FHC, marcada pelo ideário neoliberal (CARNANHOLO, 2010).

A referida carta é um marco nos rumos que teria e teve o país nos governos Lula/Dilma. Mesmo afirmando ser a reforma agrária uma das reformas estruturais que o Brasil precisava, também afirmou o agronegócio como caminho para o campo. Esta ação mostrou a intenção da candidatura em acalmar os ânimos, ou melhor, o medo de setores da classe exploradora, ao mesmo tempo em que visava alimentar a esperança em setores populares.

Portanto, não acirrar os interesses contraditórios e os conflitos de classes seria uma das marcas do pacto conciliatório dos governos petistas a partir de então. Nas palavras de Singer (2012, p. 25): “[...] o lulismo dilui a polarização esquerda/direita porque busca equilibrar as classes fundamentais e esvazia as posições que pretendem representá-las na

⁹ Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

esfera política”. Para Carcanholo (2010), muitos defendem que o governo Lula não cumpriu com as esperanças de rompimento com a estratégia neoliberal e teria se submetido ao pensamento único, mas, segundo ele, a Carta ao Povo Brasileiro mostra que ao ser eleito ele só cumpriria o que prometeu, não havendo portanto, rompimento e nem traição, mas manutenção do discurso de campanha.

Um segundo processo estrutural na transição FHC-Lula, que deixa mais evidente os caminhos que iriam ser percorridos pelos governos do PT no trato da questão agrária, reside na discussão do II PNRA. Naquele primeiro ano de governo (2003), a discussão em torno da elaboração e aceitação do II PNRA serviu em parte para desconstruir a visão esperançosa em alguns, de que o governo Lula efetivamente realizaria a “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Devido às fortes pressões dos movimentos e organizações sociais do campo, apoiadores da Candidatura Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) convidou e formou uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, para a elaboração do II PNRA. Ao final dos trabalhos, foi apresentado um Plano que tinha como proposta assentar um milhão de famílias em quatro anos. Plano esse que de pronto foi recusado pelo governo Lula. Essa decisão já demonstrava, portanto, a intenção do governo de não contrariar a bancada ruralista, que defendia os interesses do agronegócio e que historicamente compõe a base do governo no Congresso Nacional. No mesmo ano, o Ministro do MDA, Miguel Rosseto, apresentou outra versão de Plano, intitulado “II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural” (MDA, 2003), com metas bem aquém se comparadas com o Plano Plínio, reduzindo para 400 mil o número de novas famílias a serem assentadas, entre 2003-2006.

Nesse contexto de embates entre os movimentos/organizações sociais e os ruralistas, predominou mais uma vez na história do Brasil o poder dos latifundiários. Segundo Oliveira (2007), o cenário era de uma forte disputa entre duas concepções de reforma agrária inicialmente no governo. De um lado, a Secretaria Agrária do PT, que defendia a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero e, de outro, os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados a Via Campesina, que viam a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político. Venceria a concepção da reforma agrária como política social compensatória. A partir daí os trilhos do governo são direcionados aos interesses do agronegócio.

Conforme Oliveira (2007), além da derrota do Plano coordenado por Sampaio, o governo optou pela demissão do presidente do INCRA Marcelo Rezende e sua equipe, representando a exclusão dos movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA. Iniciava-se a divisão das forças que lutavam pela reforma agrária, fato que marcaria todo o período dos governos petistas. De um lado, hegemonicamente o polo sindical, representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), passaria a exercer o papel principal de apoiador e formulador das políticas para o campo. De outro, presenciamos um “[...] recuo dos movimentos sociais da Via Campesina na aceitação do *status quo*, representados pelas derrotas sucessivas no segundo semestre de 2003” (OLIVEIRA, 2007, p. 174).

Neste bojo, defendemos que a esperança na realização da reforma agrária era na realidade uma grande ilusão. Criada e alimentada em torno da figura do Presidente Lula, de origem humilde do sertão nordestino, sindicalista e oriundo da classe operária, bem como, devido ter sido o PT um partido que pregou que a “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores” era prioridade. Assim, tal sentimento logo cedeu à realidade dos fatos para alguns, e ganhou a roupagem que deveria ter sido vestida desde a campanha, a saber: o PT não realizaria a reforma agrária, muito menos sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras.

Thomaz Jr. (2003), ao analisar o contexto aludido, já advertia para a possibilidade de uma contrarreforma agrária no Brasil nos anos do PT. Os caminhos trilhados pelo governo Lula, em meados de 2003, já indicavam que não haveriam mudanças na estrutura fundiária do país, muito menos seria implementada uma reforma agrária que visasse dar autonomia a produção familiar e camponesa, segundo ele. Para o autor, a ação dos trabalhadores organizados seria condição *sine qua non* para “eliminar da cena política as amarras que impossibilitam as mudanças necessárias para abalar ou mesmo remover em parte o ranço latifundista” (THOMAZ JR., 2003, p. 17). Processo que, como veremos, não ocorreu e o latifúndio seguiu imperante nos anos Lula!

OS GOVERNOS LULA (2003 – 2010): A ILUSÃO MATERIALIZADA NA CONTRARREFORMA AGRÁRIA E NA OPÇÃO PELO AGRONEGÓCIO

“Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no

álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento”, afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO) (Discurso do Presidente Lula no ano de 2007).¹⁰

Repetindo, a reforma agrária não é realizada porque o MDA/INCRA não quer desapropriar os grandes imóveis improdutivos destes estados para não “desestabilizar” o agronegócio. Enquanto isso, o governo vai dando “desculpas esfarrapadas” aos movimentos sociais e sindicais, que, também, já não acreditam mais nelas. Surge assim, um novo tipo de lógica entre o governo LULA e os movimentos sociais e sindicais: um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita (OLIVEIRA, 2007, p. 178).

Não foi necessário muito tempo para o governo Lula, recém-eleito em 2003, implementar suas promessas de campanha e, gradualmente, demonstrar que não adiantaria alimentar esperanças ilusórias de que este governo faria a almejada “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores”. O discurso do Presidente Lula, vangloriando e dando um novo e privilegiado lugar na história aos usineiros, “de bandidos do agronegócio a heróis nacionais e mundiais”, mostra o acolhimento que teve o agronegócio: “[...] o PT já não era mais um partido da classe trabalhadora e oscilava entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação de uma “nova política”, muito mais moderado, policlassista e adequado à ordem capitalista típica da era da financeirização” (ANTUNES, 2015, n.p.).

Nesta conjuntura, veremos que a reforma agrária não sairia da letra contida no II PNRA. Assim como ocorreu em diversos outros momentos históricos da formação territorial brasileira, a mudança no campo via uma reforma agrária sob o controle do campesinato, não ocorreria. Ao contrário, a sonhada reforma escorreria no sangue das dezenas de lideranças assassinadas.

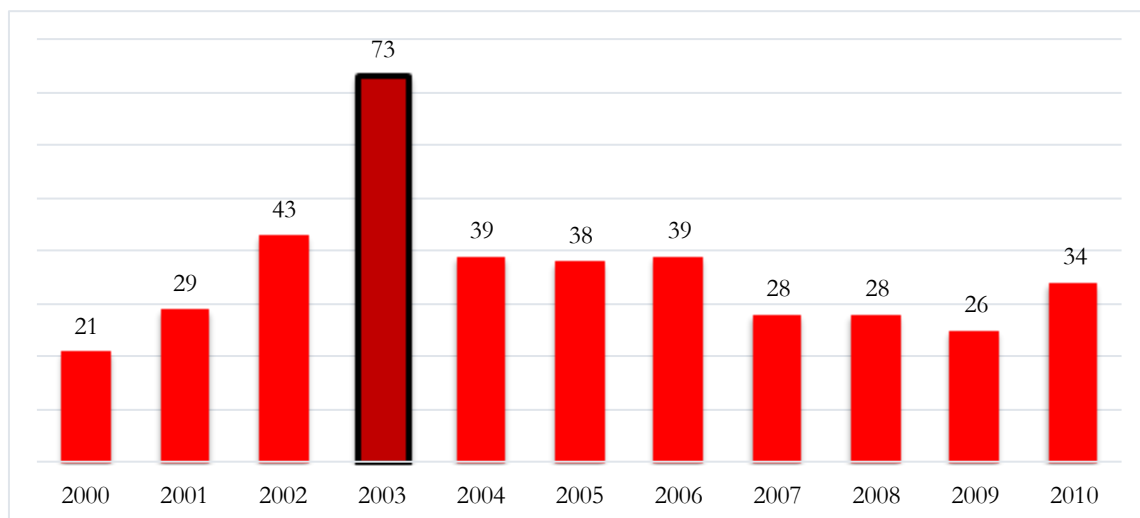
Aliás, a barbárie, como sempre aponta Oliveira (2003), é um ponto de partida fundamental para iniciarmos as discussões sobre a questão agrária, não sendo diferente no período dos governos petistas. Foram 305 lideranças dos movimentos e organizações sociais ligadas ao campesinato, que tiveram suas vidas ceifadas nos conflitos territoriais de norte a sul do país, entre 2003 e 2010, conforme o gráfico 01.

O medo que pairava sobre a bancada ruralista e os próprios latifundiários cedeu lugar a uma tranquilidade, diante das promessas de manutenção do *status quo*, seja com a Carta ao Povo Brasileiro, seja com relação à redução das metas no II PNRA. Mesmo assim, os assassinatos de lideranças do campo a mando daqueles, continuariam. Com suas

¹⁰ Presidente Lula chama usineiros de heróis. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

milícias armadas, reanimaram entidades como a extinta União Democrática Ruralista (UDR). A barbárie atingiu seu ápice em 2003, com 73 assassinatos no campo.

Gráfico 01 – Assassinatos no campo brasileiro (2000-2010)



Fonte: CPT (2000-2010).

Os conflitos territoriais, a violência e a iníqua desigualdade social tomavam grandes proporções, exigindo reformas estruturais. A reforma agrária era vista como uma delas pelo próprio governo eleito. Não obstante, em uma formação territorial de passado colonial e escravista como a brasileira, arraigada e tendo o latifúndio como mola mestra, tal reforma não poderia e não pode ser desvinculada do conjunto das transformações que alicerçam a revolução brasileira (SAMPAIO JR, 2013). Ou, como bem disse o jovem Martins¹¹ (1981), nas condições históricas brasileira, divergentes das condições clássicas de confronto entre terra e capital, a injusta distribuição da terra não pode ser resolvida por uma reforma agrária clássica redistributiva, pois, “já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1981, p.177).

Tarefa impossível para um governo que passava longe destas discussões no sentido de enfrentar o ranço latifundista de um capitalismo rentista e, assim, rumar na direção de se iniciar mudanças estruturais na sociedade através de uma reforma agrária sob

¹¹ Falamos de um jovem sociólogo José de Souza Martins, pois o de hoje, apesar das contribuições relevantes contidas na sua mais recente obra “Do PT das lutas sociais ao PT do Poder”, em diversos momentos da sua análise fica explícito que caiu na armadilha da polarização: PSDB (governos FHC) *versus* PT (Governos LULA/DILMA), com uma clara militância a favor daqueles em detrimento destes: ver Martins (2016).

o controle do campesinato. Destarte, elaboraria um II PNRA, com 11 metas, para serem concretizadas entre 2003 e 2006. Metas estas que proporcionariam o que o governo denominou de “um novo modelo de reforma agrária – da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial” (MDA, 2003, p. 15).

Entretanto, a história da questão agrária no Brasil já havia demonstrado, que entre a reforma agrária contida na letra dos planos/leis e a sua materialização existe um imenso e profundo fosso. Assim ocorreu com o II PNRA, ou seja: não seria implementado. A bancada ruralista e a grande mídia se movimentaram contra qualquer tentativa em prol de uma reforma agrária, conseqüentemente, qualquer processo que colocasse em xeque a garantia da renda da terra. Contexto que fortalece as palavras de Antunes (2015, n.p.), quando afirma que “o primeiro governo Lula [...] foi caracterizado mais pela *continuidade* ao neoliberalismo do que pela *ruptura*.”.

Com relação à reforma agrária, o governo Lula seguiria, por exemplo, o mesmo caminho dos governos anteriores, qual seja: a divulgação irreal dos números de famílias assentadas e de novos assentamentos criados. Na tentativa de cumprir de qualquer forma a meta 1 - assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária, o INCRA/MDA passou a englobar junto a esta meta os números de outras metas efetivadas, como: regularização fundiária, reordenamento fundiário e reassentamento de famílias, que não são as mesmas coisas. “Quando se divulga um dado total que é produto da soma de metas desiguais, tenta-se passar para todos que estes dados referem-se ao cumprimento da Meta 1, os assentamentos novos reivindicados pelos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2007, p. 162). O processo de clonagem de assentamentos do governo FHC, destacado por Fernandes (2004), continuava durante o governo Lula.

Segundo dados oficiais do INCRA (2016), no primeiro governo Lula teriam sido assentadas 381.419 novas famílias. Entretanto, o DATALUTA (2015) registra um número menor, 305.831 famílias assentadas no período. Já Oliveira (2015), traz dados bem mais aquém quando afirma terem sido 150 mil famílias em novos assentamentos. É a partir desta realidade, que para Oliveira (2007), o primeiro governo Lula é marcado pela não realização da reforma agrária.

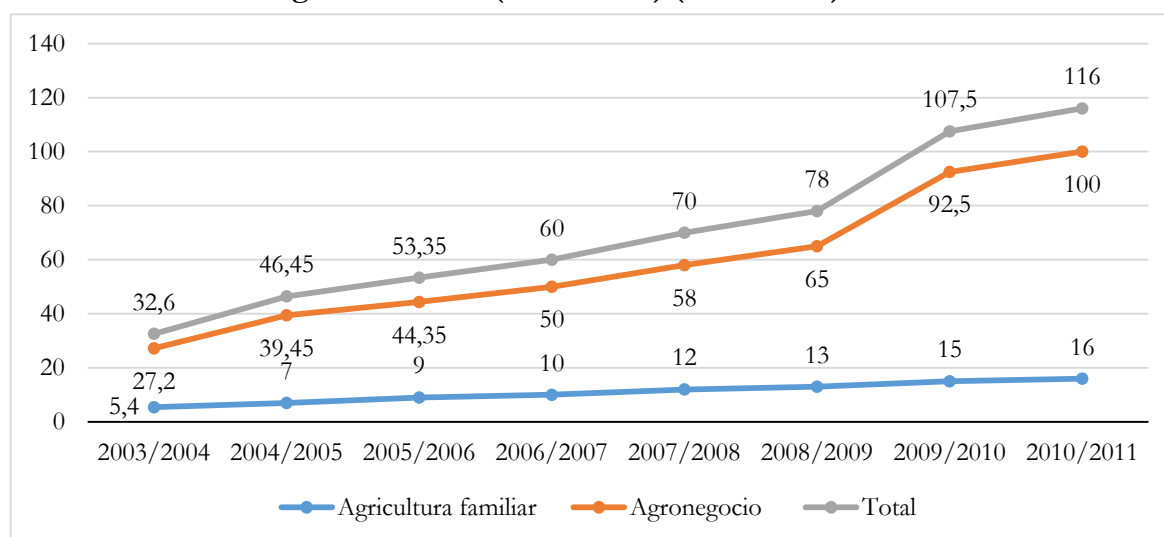
Outra característica marcante e que mostra a continuidade neoliberal deste governo, foi a opção pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e outras formas não onerosas de obtenção de terras para criação dos assentamentos, em detrimento do instrumento de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, jogando

para o “deus” mercado a solução da questão agrária. A não atualização dos índices de produtividade dos imóveis rurais, que são dos anos de 1970 do século passado, promessa histórica do PT, delimitava também o conservadorismo do governo. A função social da terra como reza a constituição, mesmo com todas as suas limitações, não seria cumprida.

No segundo governo Lula, segundo Antunes (2015), mesmo com um conjunto de alterações relevantes implantadas, a exemplo, da ampliação do programa Bolsa Família e um relativo aumento do salário mínimo em comparação com outros governos, a opção foi de buscar, em um extremo, beneficiar enormemente as diversas frações do capital, especialmente o financeiro, o industrial e o ligado ao agronegócio. E, no extremo oposto, implementar uma política social assistencialista, procurando minimizar a miséria. “Mas, é imperioso enfatizar que nenhum dos pilares estruturantes da miséria na sociedade brasileira foram enfrentados. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula. E que seu governo aceitou servilmente” (ANTUNES, 2015, n.p.).

Um parâmetro relevante para demonstrar o traço servil aludido, reside na opção tomada pelos governos Lula no direcionamento dado aos recursos financeiros para o campo brasileiro. Uma análise do Plano Safra e do Plano Agrícola e Pecuário deixa evidente a opção pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa.

Gráfico 2 – Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Lula (2003 – 2010) (Bilhões R\$)



Fonte: MAPA (2002-2011); MDA (2004-2011).

É inegável que houve um aumento substancial dos recursos para financiar as atividades agropecuárias no Brasil. Entretanto, essa constatação não é o cerne da questão.

Uma simples pergunta deve ser feita: quem efetivamente foi favorecido com esse aumento? Os dados do gráfico 02 não deixam qualquer dúvida de que o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa foi o grande beneficiado, com 85% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural, nos oito anos de governos Lula, contabilizando 476,5 bilhões de reais. Enquanto para a agricultura familiar restaram apenas 15% ou 87,4 bilhões.

O que percebemos é que o ranço latifundista dentro dos governos Lula, alertado por Thomaz Jr. (2003), não foi abalado pela ação dos movimentos sociais. Mesmo reconhecendo no texto do II PNRA o potencial da agricultura familiar e camponesa a bateria dos recursos foi direcionada ao modelo de reprimarização da economia exportadora via agronegócio produtor de *commodities*, conseqüentemente, a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho (DELGADO, 2010).

Não obstante, as avaliações acerca dos governos petistas não são convergentes. Um exemplo das divergências nas análises pode ser exemplificado na discussão acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Carter e Carvalho (2010), mesmo reconhecendo o direcionamento massivo dos recursos de crédito agropecuário para o agronegócio em detrimento do campesinato, afirmam que o aumento do volume de recursos do PRONAF durante os governos Lula, caracteriza um resultado bastante positivo. Os estudos de Araújo (2013) vão mais adiante e defendem o caráter de rompimento com as políticas neoliberais de anos anteriores. Para ela, há que ressaltar os benefícios proporcionados pela elevação dos recursos do PRONAF junto aos agricultores familiares do país, saindo de 2,2 bilhões no governo Fernando Henrique Cardoso, para R\$ 16 bilhões, no final do mandato de Lula.

Entretanto, algumas indagações devem ser feitas nesse debate: o formato do PRONAF atende aos anseios do campesinato? O volume de recursos liberados supre a demanda do campesinato? Outras ações essenciais para subsidiar a chegada do crédito às unidades de produção familiar, como, por exemplo, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e programas de comercialização da produção, ocorreram juntamente com o PRONAF ou este chegou de forma isolada?

Fernandes (2013, p. 198), fazendo um balanço da reforma agrária nos governos Lula, mesmo defendendo terem sido governos que deram grandes contribuições nesta área, observa que “a lógica do [...] Pronaf tem contribuído muito para o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados”. Já Oliveira

(2007), afirma ser este programa uma política neoliberal, gestada no seio dos governos FHC, não servindo aos interesses do campesinato.

Com relação a ATER, essa só se tornaria Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em meados de 2010, ou seja, sete anos depois do II PNRA e já no último ano do segundo mandato do governo Lula. Esse lapso de tempo já permite perceber o descaso do governo com essa questão. Durante os oito anos dos governos Lula a precariedade dos serviços foi a marca maior, com o engessamento dos serviços, atrasos de pagamentos das equipes de profissionais, descontinuidades dos serviços, ineficiência de um INCRA totalmente sucateado no monitoramento das ações, entre outros.

Já no tocante à comercialização, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são considerados avanços importantes. Para Fernandes (2013), dentre as várias políticas públicas em desenvolvimento, criadas e expandidas nos governos Lula, está o PAA. “[...] o Programa de Aquisição de Alimentos [...] tem sido uma das mais importantes fontes de renda para os assentados” (Ibidem, p. 189). Na mesma perspectiva deste autor, Carter e Carvalho (2010), sublinham que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi um pedido dos movimentos sociais em 2003, sendo uma garantia da compra da safra de assentados e pequenos agricultores.

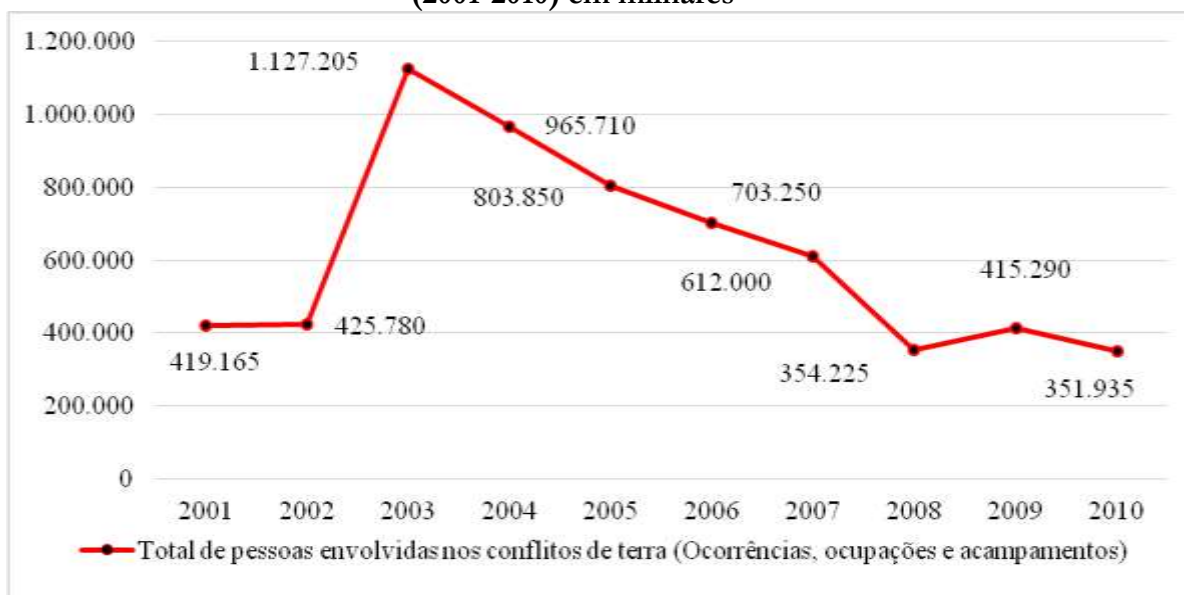
Acreditamos que os avanços e ditos sucessos devem ser motivos de uma avaliação mais acurada, tanto com relação ao PAA, quanto ao PNAE. Constatamos que as famílias assentadas, no momento que conseguem produzir um excedente para a comercialização, esbarram no histórico entrave do escoamento da produção, caindo facilmente nas garras dos atravessadores. Realidade esta devido, por um lado, os referidos programas não atenderem a contento os camponeses assentados, haja vista estarem permeados por uma burocracia e limitação de recursos financeiros e humanos para conduzi-los, dificultando o processo de acesso. Por outro, são programas que ao chegarem ao município, ficam nas mãos do poder municipal, através das Secretarias de Agricultura, que, na ampla maioria dos casos, dita as regras de acordo com seus interesses eleitoreiros, fomentando e aprofundando as relações clientelistas.

Outro ponto colocado por alguns pesquisadores, a exemplo de Carter e Carvalho (2010), como um avanço no governo Lula, foi a questão de um diálogo mais

aberto com os movimentos sociais. Dito avanço que, ao nosso olhar, é um ponto importante para reflexão pela polêmica e divergência no debate.

Aproximação dos movimentos sociais do campo com os governos petistas, muitas vezes até fazendo parte da máquina estatal ao ceder militantes para ocuparem cargos administrativos, teve e tem efeitos, às vezes, indesejados, como o refluxo das ações de luta e mobilização e, mais grave, a cooptação de alguns movimentos e organizações sociais. Nessa perspectiva, é interessante analisar como se deu a dinâmica de ação dos movimentos sociais ao longo dos 8 anos dos governos Lula. O gráfico a seguir ampara a discussão ao trazer a relevo a dinâmica no tocante ao número de pessoas envolvidas em conflitos de terra no campo brasileiro.

Gráfico 3 - N° pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2010) em milhares



Fonte: CPT (2001-2010).

O ano de 2003 com o maior número, aproximadamente, 1,1 milhão de pessoas envolvidas, bem acima dos registrados em 2001 e 2002, com 419 e 425,5 mil respectivamente, marca o acirramento entre as classes sociais, materializado na esperança e no medo de como o governo eleito trataria o tema da reforma agrária. Já o ano de 2006 marca o início do refluxo, com 703 mil, chegando a 352 mil pessoas envolvidas em conflitos, no ano de 2010. Número este abaixo dos registrados nos últimos 2 anos de governos FHC.

Os dados permitem, de um lado, reconhecer a existência da resistência e das lutas dos movimentos sociais durante todos os anos de governos Lula. Entretanto, de

outro, possibilita afirmar que a partir de 2006 foram 05 anos de um claro processo de refluxo materializado na queda no número de pessoas envolvidas. Como bem defendeu Singer (2012, p. 33), o reformismo lulista é marcado pela lentidão e é desmobilizador, ou seja, não “[...] se realizou com mobilização e organização desde baixo, o que pode comprometê-lo numa situação de crise”. Certeiras palavras quando observamos a conjuntura política atual vivenciada pelo PT e a sua incapacidade em unificar as classes exploradas para sua defesa.

Nesse debate, acreditamos que a reflexão de Sampaio Jr. (2013, p. 228) é um convite para o debate polêmico e necessário acerca da relação entre governos do PT e os movimentos sociais, como foco nos rebatimentos desta relação na luta pela reforma agrária.

Mesmo mobilizando expressivo contingente de trabalhadores Sem Terra [...] a luta pela terra não conseguiu descongelar a reforma agrária. A derrota foi duplamente condicionada. De um lado, os trabalhadores rurais não lograram acumular força necessária para enfrentar o latifúndio. Ao desvincular a luta pela reforma agrária da luta pela revolução brasileira, ou seja, da luta contra o capitalismo dependente, os Sem Terra não conseguiram nem unificar o próprio campo em torno da bandeira da reforma agrária, nem muito menos unificar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de uma bandeira comum. Sem unidade de classe, as lutas sociais pulverizam-se em reivindicações corporativas que eram, de uma maneira ou de outra maneira, neutralizadas, seja pela repressão, seja pela cooptação. De outro lado, a burguesia brasileira revelou a sua posição implacável a qualquer alteração que pudesse ameaçar o domínio absoluto do latifúndio sobre o campo, confirmando – mais uma vez – que um desenvolvimento capitalista controlado pelo capital internacional e baseado na super exploração do trabalho não pode dispensar o latifúndio como viga mestra da organização econômica, social e política no campo.

As divergências nas análises entre importantes estudiosos da questão agrária afloram quando o tema é a reforma agrária nos anos petistas. As críticas até convergem, quando sinalizam que a opção destes governos foi pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Porém, não há convergência quando o enfoque é a avaliação da reforma agrária a partir de 2003.

Oliveira (2007, 2010) defende que o primeiro governo Lula foi marcado por uma não reforma agrária, ao passo que no segundo, se efetivou uma contrarreforma agrária. Abordaremos o processo de contrarreforma agrária, haja vista, já termos abordado a não realização da reforma agrária no pensamento do autor em linhas anteriores. Segundo ele, a contrarreforma agrária se concretizou na arquitetura de projetos de lei e medidas provisórias pelo governo e congresso nacional, visando à legalização das terras griladas e ao

uso dos assentamentos rurais para oferecer matéria-prima (madeira) para indústria, especialmente na região da Amazônia.

Todos estes atos aparentemente legais revelavam o “esforço” do MDA/INCRA para, a todo custo, mudar a legislação e ampliar a área passível de regularização fundiária ou de alienação aos ocupantes ilegais das terras públicas sob a sua responsabilidade. Ou seja, todas essas ações revelam uma grande operação de caráter político, visando entregar o patrimônio público para o agrobandidismo da Amazônia. Assim o agronegócio está vencendo a luta pelo controle da terra destinada à reforma agrária e o governo atual implanta a contrarreforma agrária para regularizar a grilagem das terras públicas na Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2010, p. 316).

Seguimos essa interpretação quando da construção do trabalho dissertativo. Neste, apontamos que a contrarreforma agrária dos governos petistas possui várias faces (COSME, 2015). Faces estas materializadas, além daquela defendida por Oliveira (2010), a saber: 1) na substituição da reforma agrária pelas políticas de combate à fome e à pobreza e a opção pela reforma agrária de mercado, como demonstra o estudo de Ramos Filho (2008); 2) na expulsão e, em alguns casos, expropriação, de comunidades camponesas, inclusive assentamentos rurais, para a construção de perímetros irrigados nos moldes do agronegócio produtor de mercadorias, apontado por Rigotto (2011); 3) na expulsão do campesinato assentado, processo lido e denominado erroneamente como evasão/abandono/desistência da terra, como produto da precarização dos assentamentos rurais e das políticas públicas para o campesinato (COSME, 2015).

Já Fernandes (2013), apesar de reconhecer a precariedade na qual estão submetidas às famílias assentadas e o apoio irrestrito ao agronegócio, defende que nos governos Lula, mesmo diante das contradições, foi realizada uma reforma agrária parcial/incipiente. Nessa avaliação, deixa claro que refuta os apontamentos de que está em curso uma contrarreforma agrária:

A reforma agrária parcial e a situação de precariedade das famílias assentadas foram denominadas de não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. Entendemos que este deu uma importante contribuição para a reforma agrária, mesmo que incipiente, considerando os dados do II PNRA. Qualificar e ampliar as políticas públicas, além de criar novas, são ações necessárias para uma reforma agrária ampla. Para isso, é preciso optar por um paradigma que considere a importância de uma agricultura camponesa autônoma (FERNANDES, 2013, p. 198).

Os escritos de Carter e Carvalho¹² (2010) estão afinados com essa perspectiva. Ao defenderem a existência, assim como foi em outros governos, de uma reforma agrária conservadora nos anos Lula, materializada em: (1) repartir terras sob pressão social; (2) constituir assentamentos através de um processo jurídico e administrativo lento e complicado; (3) guardar distância diante das violações frequentes dos direitos humanos no campo e a ampla impunidade judicial; (4) favorecer uma distribuição residual de terras, feita em lugares distante e de forma dispersa; (5) oferecer escasso apoio aos assentamentos, ou facilitá-los apenas em função da pressão dos movimentos sociais.

Dentro dos movimentos sociais, o debate em torno das duas avaliações sobre o que efetivamente ocorreu nestes anos de governos petistas tem sido objeto de análises, como demonstram as palavras de João Pedro Stédile, liderança nacional do MST, ao refletir sobre a reforma agrária no governo Lula. “Nesse campo o governo Lula não avançou nada [...] Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contrarreforma (STÉDILE Apud OLIVEIRA, 2010, p. 309)”.

Em linhas gerais, nos governos Lula, especificamente no tocante a forma como foi encarada a questão agrária, o dito Novo Brasil, na verdade não se concretizou. Apesar do apoio dado pelos movimentos e organizações sociais do campo de maior expressão, MST e CONTAG, em momentos de extrema dificuldade, como no caso conhecido por mensalão do PT, em 2005, o que marca estruturalmente esses governos é a opção pela continuidade: da política neoliberal de apoio ao agronegócio.

Conforme afirma Delgado (2010), a estratégia foi de relançar, nos moldes da modernização conservadora do período militar, os grandes empreendimentos agroindustriais visando à geração de saldos na balança comercial, em um processo de reprimarização da economia ancorado no modelo agrário/agrícola do latifúndio com um propalado verniz de modernidade: o *agribusiness*.

Um processo devastador da natureza e ameaçador da vida em nossa sociedade são marcas estruturais do Brasil nos anos Lula, quando observamos suas opções para o campo. Por exemplo, com a liberação controversa do plantio e comercialização dos transgênicos, em 2003, e ao chegar ao posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, título obtido em 2008. Devastador de territórios: indígenas, quilombolas,

¹² Carvalho (2014) em artigo intitulado “A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades no campo” defende a tese de uma contrarreforma agrária em curso e não mais de uma reforma agrária conservadora.

ribeirinhos, assentados, seringueiros, para ficar apenas nestes, quando da atitude de omissão frente à truculência, a violência e os assassinatos contra as lideranças dos movimentos e organizações sociais do campo.

Cenário fruto da não realização da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse foi o caminho trilhado para o campo brasileiro nos anos Lula. Caminho que a Presidenta Dilma Rousseff prometia se eleita, seguir aprofundando. E assim o fez, fielmente as suas promessas!

OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2011-2016): AO AGRONEGÓCIO TUDO, AOS CAMPONESES, A CONTRARREFORMA AGRÁRIA

Companheiras e companheiros, durante o governo do presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar. Com a clara consciência de que continuar não é repetir. É avançar. Esta é a missão que o presidente Lula, o PT e os partidos aliados colocam em minhas mãos. É este o compromisso de fazer o Brasil seguir mudando que assumo, hoje aqui com vocês e com todo Brasil, que assumo a partir da minha alma e do meu coração. Este é o compromisso que vamos cumprir, com coragem, com determinação, eu e meu companheiro de chapa, Michel Temer, futuro vice-presidente da República (Discurso da Candidata Dilma Rousseff na Convenção do PT após ser homologada sua candidatura à Presidência da República para as eleições de 2010).¹³

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 2011, p. 25).

A Coligação “Para o Brasil seguir mudando” (PT/PMDB/PSB/PCdoB/PDT/PR/PRB/PTN/PSC/PTC) conseguiu eleger Dilma Vana Rousseff à Presidência da República para o quadriênio 2011-2014. O caminho estava traçado *a priori*, como explicitado no *slogan* da Coligação, bem como no discurso em epígrafe, qual seja: seguir os trilhos deixados pelos governos Lula: o dito Novo Brasil. Com base nos escritos de Marx (2011), podemos afirmar que para o campesinato e demais sujeitos do campo, na verdade, a história se repetiria não mais como uma tragédia, mas agora como farsa, quando analisamos a questão agrária brasileira.

Para o Brasil seguir mudando, como explicitado por diversas vezes no referido discurso, a então candidata enfatizava a importância da Reforma Tributária e da Reforma Política (diga-se de passagem, reformas que não ocorreram até o momento), longe de mencionar a Reforma Agrária como basilar para que o país possa vir a, efetivamente, iniciar a construção de outra sociedade, verdadeiramente um novo Brasil.

¹³Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/convencao-pt-discurso-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

Logo no primeiro ano de seu primeiro governo, a Presidente Dilma instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, colocando a superação da situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional como ponto central do seu mandato. Apesar de reconhecer que vivem no campo 47% do público do Brasil Sem Miséria, em nenhum momento elege a reforma agrária, como caminho para combater o quadro dramático encontrado e reconhecido pelo próprio governo.

Em vez de buscar eliminar qualquer situação de pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria destina-se a uma parte dos pobres, somente aqueles com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais). “Aí não se contabiliza a massa dos que vivem do salário mínimo. Estes programas já nascem fracassados, pois buscam mitigar a pobreza produzindo soluções dentro do desenvolvimento do capitalismo a partir de políticas compensatórias” (RAMOS FILHO, 2012, p. 7).

No tocante a reforma agrária é interessante observar, que muitas das ações defendidas e não cumpridas pelos governos Lula, são promessas de campanha da então candidata Dilma Rousseff:

[...] continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária [...] cumprimento integral da função social da propriedade, da atualização dos índices de produtividade, do controle do acesso à terra por estrangeiros, da revogação dos atos do governo FHC que criminalizaram os movimentos sociais e com a eliminação dos juros compensatórios nas desapropriações e das políticas complementares de acesso à terra, entre outras medidas, implementação de medida prevista no PNDH-3, de realização de audiência pública prévia ao julgamento de liminar de reintegração de posse¹⁴.

Segundo Antunes (2015, n.p.), estruturalmente as diretrizes econômicas do Governo Dilma seguiram basicamente o receituário do segundo governo Lula, onde um dos pontos foi o incentivo à produção de *commodities* para a exportação, beneficiando especialmente o capital vinculado ao agronegócio.

A realidade é que ao final de seu primeiro governo, em 2014, as medidas anunciadas para a reforma agrária não foram cumpridas. O governo Dilma não tinha no final daquele ano, como ainda não tem uma política efetiva de reforma agrária, pois, nem ao menos se preocupou em elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária. Sem dar importância às milhares de famílias que estão debaixo da lona preta nos acampamentos especializados em todo o território nacional, a presidente foi coerente com o discurso de

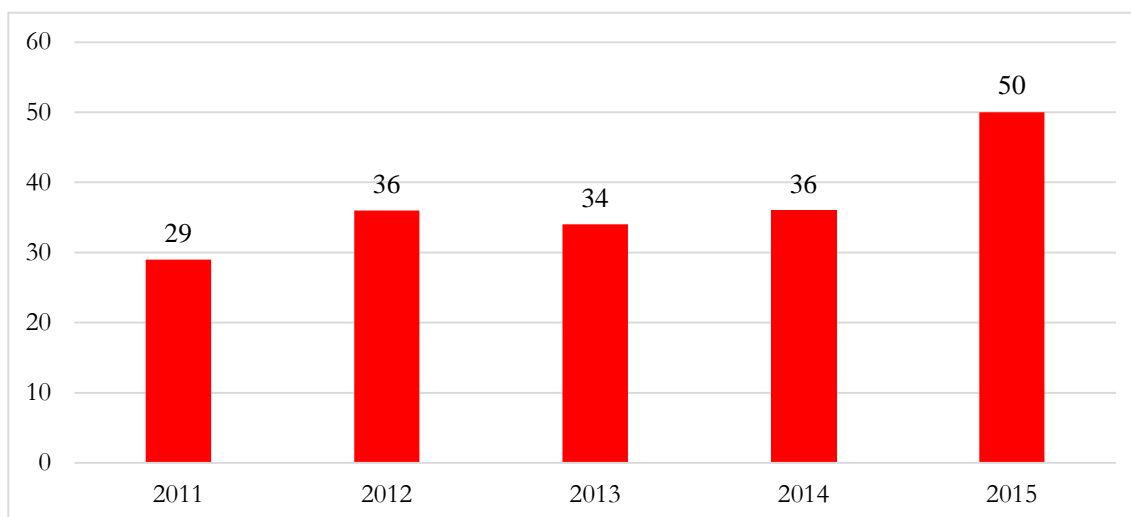
¹⁴Resolução sobre as diretrizes de programa 2011/2014. Disponível em:<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Congresso%20PT_resolucao_diretrizes%20de%20programa.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

campanha, ou seja, a criação de assentamentos, que já vinha declinando no último governo Lula, no dito novo Brasil, foi rebaixada ainda mais nos anos Dilma Rousseff.

Além do mais, tudo indica que a capacidade dos governos em inflar os números para pregar que cumpriram as metas estabelecidas, tem continuidade nos governos Dilma. A contradição nos números corrobora com a nossa análise, ou seja, oficialmente o INCRA (2016) afirma que foram 107.354 mil novas famílias assentadas no período. O DATALUTA (2015) registra que em seu primeiro mandato, Dilma criou apenas 512 assentamentos rurais e que 39.136 mil novas famílias foram assentadas. Já Oliveira (2015) evidencia que foram somente 31 mil famílias em assentamentos novos.

Enquanto a reforma agrária não é realizada no campo brasileiro no período em tela, os conflitos territoriais e a barbárie continuam sendo marcas na disputa pelas frações territoriais. Nos remetemos ao fato de que o avanço do capital, via agronegócio, ao encontrar a resistência camponesa, se utiliza de várias frentes para manter seu ímpeto insaciável de acumulação: subordina, expropria, ameaça e assassina. Entre 2011 e 2015, a CPT traz à cena uma das faces perversas do dito Brasil moderno do agronegócio, quando denuncia que mais 185 lideranças do campo tiveram suas vidas interrompidas em conflitos.

Gráfico 4 – Assassinatos no campo brasileiro (2011-2015)



Fonte: CPT (2011-2015).

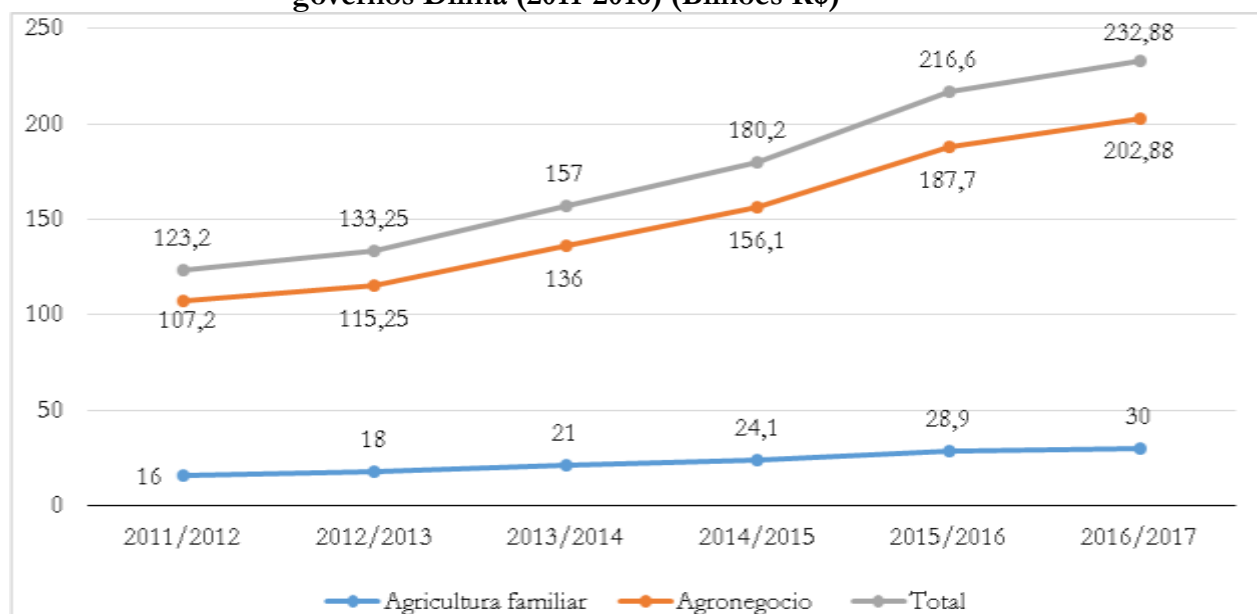
São inúmeras as omissões dos governos petistas que dão concretude aos descaminhos no trato da questão agrária. Com relação especificamente aos assentamentos rurais, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), apesar de ser política pública, em nenhum momento destes anos Dilma, foi cumprida a sua

universalização. Na verdade, os mesmos problemas estruturais que impediram nos anos Lula a universalização desta política ao campesinato, permanecem ainda na atualidade.

No tocante ao direcionamento dos recursos para o crédito rural, o governo Dilma foi fiel à tendência iniciada nos governos Lula. Como explicitado no gráfico abaixo: 87% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural foram para o agronegócio, com incríveis cifras da ordem de 905 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar e camponesa coube apenas 13% ou 138 bilhões.

Tal contexto, de desprezo ao potencial e ao papel que exerce a agricultura camponesa na sociedade brasileira, ocorre dentro de um governo que, assim como seu antecessor, reconhece que a agricultura familiar é um segmento estratégico para o país. “Além de responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias, por responder por 38% da renda agropecuária e ocupar quase 75% da mão de obra do campo” (MDA, 2013, p. 7).

Gráfico 5 – Evolução da distribuição dos recursos para o crédito agropecuário nos governos Dilma (2011-2016) (Bilhões R\$)

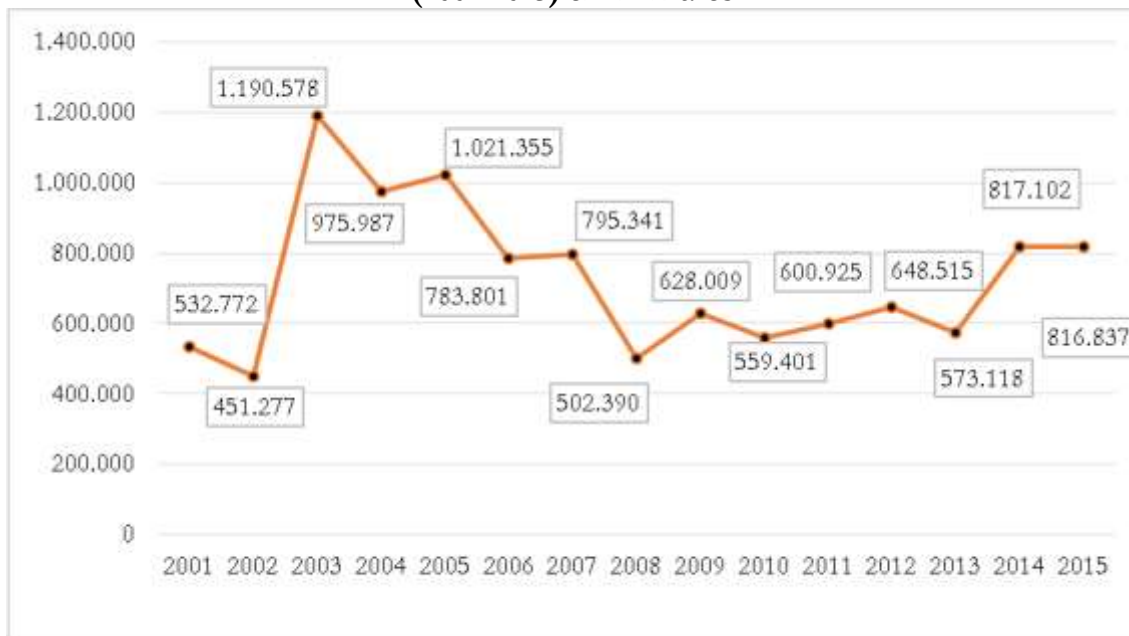


Fonte: MAPA (2010-2016); MDA (2010-2016).

Em um país de capitalismo rentista no qual o latifúndio é sua base histórica (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2001; SAMPAIO JR, 2013) e onde a reforma agrária apenas caminha a reboque dos movimentos sociais (FERNANDES, 2010), o abandono da reforma agrária pelo PT, exigia a luta como único caminho para sua realização. O gráfico a

seguir, que aborda o número de pessoas envolvidas nos conflitos no campo neste início de século, corrobora para uma análise da luta pela terra nestes anos de governos Dilma.

Gráfico 6 - N° pessoas envolvidas nos conflitos de terra no campo brasileiro (2001-2015) em milhares



Fonte: CPT (2001-2015).

Algumas tendências são importantes e marcam o período, como por exemplo, percebemos que o cenário inicial do governo Dilma é de refluxo das lutas. Processo que já vinha ocorrendo nos últimos anos do segundo governo Lula. Ao contrário de 2003, quando Lula assume com uma efetiva pressão popular, chegando a 1,2 milhão de pessoas em luta, Dilma assume com bem mais tranquilidade. Somente no final do primeiro governo Dilma, no ano de 2014, percebemos uma maior quantidade pessoas mobilizadas.

Não dá para não reconhecer que houve sim a continuidade dos conflitos, das lutas e das resistências, mas é nítido que o resultado pífio dos governos Dilma com relação a criação de novos assentamentos rurais, com certeza, está atrelado a queda e manutenção dos baixos índices de pessoas envolvidas em conflitos, principalmente, em seu primeiro governo. Como bem afirma Sampaio Jr. (2013), as organizações de trabalhadores e trabalhadoras não conseguiram deflagrar um processo, no qual obrigasse os governos petistas a realizar as mudanças prometidas e as bandeiras de luta antiga, como a da reforma agrária. “Um contexto histórico extraordinariamente adverso levou a grande maioria dos

trabalhadores a sancionar o movimento de capitulação do alto comando petista” (SAMPAIO JR., 2013, p. 228).

A eleição de 2014 chega em um contexto externo de crise mundial, que se abate sobre a economia brasileira e, internamente, de polarização extrema entre o PT e o PSDB. Uma das promessas da então candidata petista Dilma Rousseff, que sairia vitoriosa em uma disputa acirrada, era de que não cortaria direitos trabalhistas e, muito menos, faria o ajuste fiscal que os setores ligados ao capital, a exemplo do agronegócio, exigiam de qualquer candidatura que fosse vitoriosa naquele pleito.

Entretanto, “[...] logo após sua vitória, veio o grande estelionato eleitoral” (ANTUNES, 2015, n.p.). Estelionato que foi arquitetado minuciosamente com a nomeação de Joaquim Levy para o cargo de Ministro da Fazenda. Nome escolhido a dedo no alto escalão do capital financeiro, responsável em planejar um duríssimo ajuste fiscal com consequências terríveis para as classes populares, segundo o autor. Estelionato que se materializou, ainda de acordo com Antunes (2015), em uma política econômica de ampliação do superávit primário, privatizações e incentivo ao agronegócio.

Destarte, com relação à questão agrária, não demoraria muito para Dilma colocar o governo nos trilhos e mostrar sintonia afinadíssima com o modelo agrário/agrícola do agronegócio. Uma das decisões anunciadas, que garante solidez a nossa análise, foi a escolha da senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, para comandar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Uma das figuras mais fiéis entre todas, que com unhas e dentes defende o agronegócio como a única e inexorável saída para o campo brasileiro.

Sob a trombeta dos latifundiários, que comemoravam a indicação da sua mais árdua defensora, tem-se um presente de grego para os movimentos e organizações sociais camponesas, que justamente, foram determinantes na vitória eleitoral petista. Nessa conjuntura, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu balanço da questão agrária no ano de 2015, é elucidativa:

O ano de 2015 foi marcado pelo desmonte de órgãos do Governo e por cortes de recursos públicos para a Reforma Agrária e demarcação de territórios quilombolas e indígenas. A aliança do Estado brasileiro com o agronegócio se intensificou, atingindo diretamente o conjunto dos povos do campo. A violência contra as comunidades camponesas e povos indígenas foi praticada não só pela lógica do capitalismo, como também pelo Estado brasileiro (CPT, 2016, n.p.).

Segundo Antunes (2015), o governo Dilma: ao levar a cabo, contraditoriamente, o que sua campanha dizia que a oposição conservadora faria, contribuiu para ampliar o desmoronamento de sua base social e política, já frágil em fins de 2014; conjugado com a disputa das distintas frações das classes dominantes no seio do governo, para ver quem iria arcar menos com o ônus da intensificação da crise internacional e aliado a esses processos, o estopim desencadeado pela corrupção na Petrobras, jogou o atual governo em uma crise que não se via no Brasil desde a era Collor.

Neste momento, o destino do quarto governo petista, e segundo governo Dilma Rousseff, é incerto. O que temos de concreto é que mais uma vez, a exemplo de outros momentos de grandes apuros e somente nestes, o PT recorre aos movimentos e organizações sociais. Clama o apoio destes da sua forma, ou seja, da forma conciliatória e sem efetivamente objetivar acender o pavio da luta de classes, da mesma forma como sempre fez nos últimos 13 anos.

Concretamente também, percebemos que ao longo destes anos, as forças latifundistas que agem de dentro e de fora dos governos petistas, vêm arquitetando e conseguindo barrar a reforma agrária. Vemos ações orquestradas entre a mídia, com suas reportagens que tentam generalizar as irregularidades entre aqueles ocupantes de lotes nos assentamentos rurais, neste início de 2016, e a ação do Tribunal de Contas da União, que paralisou todos os processos com relação à reforma agrária no país.

Frente a esta conjuntura, acreditamos que para além da discussão se vivenciamos um golpe ou não contra o atual governo, dos posicionamentos que apregoa o volta Dilma, do debate de um possível retorno de Lula como candidato nas eleições de 2018 *versus* um candidato do PSDB, há uma necessidade urgente das classes exploradas e oprimidas (campesinato e operariado), construírem outros caminhos, que passam por outros debates verdadeiramente relevantes. Nesse sentido, Antunes (2015, n.p.) nos fornece uma boa pista para um fio inicial de uma reflexão profunda, nestes sombrios dias de 2016 para os trabalhadores e trabalhadoras:

Então nós temos que repensar por quais caminhos as assembleias populares, as greves, as paralisações, as manifestações, os sindicatos, os partidos de esquerda, os movimentos sociais poderão gerar algo decididamente novo e diferente do que temos aí. *A polarização brasileira não poderá ser mais a falsa polarização entre PT X PSDB, essa está sepultada.* Será outra polarização que nós ainda não fomos capazes de construir, mas que somente poderá florescer nas ruas, nas periferias, nas greves, nos assentamentos, nas revoltas, nas comunidades indígenas, nos sindicatos de classe, nos partidos de esquerda que querem se reconstruir. Aí encontramos o embrião do que poderá ser algo efetivamente novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há poucos dias de escrevermos essas últimas linhas, o Acampamento São José sofria mais um despejo. Localizado na antiga Fazenda São Sebastião, no município de Atalaia, Estado de Alagoas, trata-se de um acampamento emblemático da luta pela terra no campo alagoano. Despejos por decisões judiciais, emboscadas a mando de latifundiários e assassinato de uma liderança, marcam a vida das famílias camponesas Sem terra, acampadas há 12 anos na luta para entrar e permanecer na terra¹⁵.

Para estas famílias, não sendo diferente de milhares de outras, que atravessaram os governos Lula/Dilma e permanecem debaixo da lona preta na luta contra o latifúndio; que foram expulsas dos assentamentos devido a precariedade das políticas para o campesinato e outras tantas que resistem bravamente nos assentamentos rurais Brasil afora, a discussão se é golpe ou não é golpe, o que vem ocorrendo contra o governo Dilma, ao nosso olhar, não é a centralidade. Para elas e a classe camponesa de modo geral, o que interessa é a realização da reforma agrária sob o seu controle. Reforma que os governos petistas não fizeram.

Ao contrário, o Estado, nestes 13 anos de governos Lula/Dilma, embebedos pela ideologia do progresso transmutado de um propalado “neodesenvolvimentismo” e ao continuar trilhando os caminhos ditados pelo ideário neoliberal, optou pelo modelo agrário/agrícola do agronegócio em detrimento do campesinato, conseqüentemente, continua e aprofunda a histórica *contrarreforma agrária* no país.

Período em que se consolidou um processo de profunda reprimarização da economia, fundado no referido modelo produtor de mercadorias para exportação, conjugado com migalhas para manter a subordinação do campesinato. Engrenagem estratégica e essencial para o desenvolvimento contraditório do capital rentista.

Em face deste contexto hostil ao campesinato, aprofundado neste momento pelo governo interino de Michel Temer, os possíveis caminhos para a classe trabalhadora, inevitavelmente, apontam para a necessidade da unidade das diversas lutas e resistências travadas, atualmente, pelas classes sociais oprimidas e exploradas. Mas, em quais bases será realizada a construção desta unidade?

¹⁵ MST: mais de 70 famílias deixam fazenda em Atalaia. Alagoas 24 horas. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/976250/mst-mais-de-70-familias-deixam-fazenda-em-atalaia/>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Temos consciência que as respostas não estão prontas e acabadas, muito menos foi nossa intenção apontá-las nesse ensaio. Também sabemos que ao fazermos a reflexão contida aqui, enveredamos em um terreno movediço, em temas geradores de muitas controvérsias. Por isso, deixamos claro que o nosso esforço se trata de uma contribuição para um diálogo.

Nesse sentido, não podemos tergiversar e assim deixarmos de realizar uma análise profunda dos anos de governos petistas, trazendo a relevo os posicionamentos divergentes em relação aos mesmos. Como bem disse Thomaz Jr. (2015, p. 14), “[...] a questão agrária e a luta de classes são essenciais para nos posicionarmos sobre as formas de controle e dominação do trabalho no Brasil. Reitero, portanto, que diálogo, por essência polêmico, é necessário”.

Portanto, defendemos que decifrar e ter a clareza do que realmente foi o estrutural nestes governos é condição *sine qua non* para a construção da unicidade das lutas e resistências das classes sociais oprimidas e exploradas, do campo e da cidade. Unidade que tem pela frente inúmeros desafios e caminhos a serem construídos. Desde os mais urgentes, como: enfrentar agora o movimento de ataque aos trabalhadores e trabalhadoras, iniciado nos governos petistas e aprofundado aceleradamente nestes dias de governo de Michel Temer. Ao mais complexo: dar continuidade a construção de outra sociedade, para além dos limites e das (ir)racionalidades do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em:< <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-57/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federal no governo Lula. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante do MST. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais. In. ABRA. Questão agrária e desigualdades no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará**. 292p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPB, João Pessoa, 2015.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2000 - 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

_____. **Balança da questão agrária em 2015**. Goiânia, 2016. Disponível em:<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA Brasil 2014**. Presidente Prudente: UNESP, 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas**. Brasília, 2016. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**: São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília, 2004-2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2016.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário**. Brasília, 2002-2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 08 mai. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do Poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In. CPT. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônico**. Uberlândia, 2012.

_____. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 410p. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/918/947>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMAZ JR., Antonio. Questão agrária, luta de classes e trabalho no Brasil (diálogo polêmico e necessário). **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4230/3190>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

_____. Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 4, n. 1, 2003. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/819/841>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

Submetido em: 14 de junho de 2016

Aceito em: 09 de agosto de 2016